



**A esfinge da UPP e
os oráculos da
religião: *Percepção
de lideranças
religiosas nativas
sobre violência e
Unidades de Polícia
Pacificadora em
favelas cariocas***

Clemir Fernandes

Dezembro de 2013

A esfinge da UPP e os oráculos da religião

Percepção de lideranças religiosas nativas sobre violência e Unidades de Polícia
Pacificadora em favelas cariocas¹

*Cleimir Fernandes*²

Introdução: contexto e problema³

Um dos desafios do atual contexto do Rio de Janeiro, que tem mobilizado pesquisadores diversos em busca de compreensões substantivas, sobretudo na área das ciências sociais, refere-se a uma prática de policiamento em favelas da cidade mais conhecida como Unidades de Polícia Pacificadora, as chamadas UPPs. Elas conformam a principal estratégia da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro na tentativa de combater a violência ocasionada pelo domínio armado exercido por traficantes de drogas em áreas de pobreza⁴. No site oficial da UPP uma declaração formal do governador explicita seu objetivo geral: “combater facções criminosas e devolver à população a paz e a segurança.”⁵ Mais de dois anos após a instalação da primeira UPP outro decreto apresenta dois objetivos específicos: 1) “consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada” e, 2) “devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.”⁶ São várias as oscilações entre estes discursos político e institucional e seus respectivos resultados operacionais, que, além de nem sempre

¹ Este texto resulta de um trabalho investigativo feito pela ISER sobre religião e UPP, levado a cabo pelos pesquisadores Raquel Fabeni, Suellen Guariento e, por mim, Cleimir Fernandes, em meados do ano de 2013, no Rio de Janeiro. Atuamos juntos desde a concepção do objeto até o processo preliminar de análise dos dados. Agradeço profundamente a estas colegas pela oportunidade de trabalho coletivo e pelos aportes enriquecedores a este texto conclusivo dessa (longa) etapa.

² Pesquisador do ISER (Instituto de Estudos da Religião), sociólogo e doutorando em ciências sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (PPCIS/UERJ).

³ De início quero reconhecer e agradecer a várias pessoas como colegas do ISER, que leram o texto em diferentes estágios de versão e deram excelentes contribuições críticas e sugestões, principalmente André Rodrigues, Christina Vital e Paola Oliveira. Também agradeço às sociólogas Cecília Mariz e Lia Rocha, professoras do PPCIS/UERJ, pela interlocução, comentários e sugestões.

⁴ Sobre os territórios da pobreza como espaços estigmatizados de moradia de pobres e de domínio armado de traficantes e, portanto, como lócus idealizado da “violência urbana” ver Machado da Silva, 2008.

⁵ http://www.upprj.com/index.php/as_upps (acessado em 26/02/14).

⁶ http://solateli.com/cfap/html32/decreto_42787_06-01-2011.html

evocarem coerência até desembocam no oposto daquilo que foi previamente objetivado. Para aprofundamento desta discussão, ver Rodrigues, Siqueira e Lissovsky (2012).

No que diz respeito a sua distribuição geográfica, a implantação da unidade pioneira da UPP ocorreu no Morro Santa Marta, região do bairro Botafogo na Zona Sul do Rio, em fins de 2008, seguida pela inauguração de outras unidades, somando 37 UPPs instaladas, a maior parte na cidade do Rio e uma na Baixada Fluminense. Exceto duas na Zona Oeste (Cidade de Deus e Batan), a grande concentração se dá em áreas das Zonas Norte e Sul⁷.

Um diferencial da UPP em relação a outros programas que o precederam – como os Grupamentos de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE) –, diz respeito à permanência na favela, evitando incursões policiais pontuais que, ao buscarem reprimir ações de traficantes de drogas, causavam confrontos violentos nessas localidades resultando na morte de muitas pessoas⁸.

São várias as contribuições de pesquisadores, a partir de recortes diferentes, que visam compreender essa prática da UPP para favelas/áreas populares do Rio de Janeiro, como ilustram os trabalhos de Machado da Silva (2010), Fleury (2012), Leite (2012), Cano (2012), Rodrigues, Siqueira e Lissovsky (2012), Birman (2012), Banco Mundial (2013). Todos procuram pistas para descrição e compreensão desse cenário, principalmente a partir de enfoques do campo político como segurança, defesa de direitos, pobreza, abordando assuntos como motivação, implantação, efetivação, eficácia, desafios, contradições, paradoxos, problemas, resultados etc. dessa modalidade de atuação policial adjetivada pelo termo “pacificadora”.⁹

⁷ A primeira UPP instalada fora dos limites do município do Rio aconteceu em janeiro de 2014, no Complexo da Mangueirinha, em Duque de Caxias, cidade da Baixada Fluminense. Para um panorama de instalação de todas as UPPs ver: <http://www.upprj.com/index.php/historico> (acessado em 27/02/14).

⁸ Sobre a experiência do GPAE, podem ser consultados os trabalhos de Fernandes (2003) e de Carballo Blanco (2003). Sobre a ação histórica da polícia em favelas e consequente conflito com traficantes de drogas, inclusive com graves danos à população sem vínculos com o problema entre polícia e traficantes, dentre vários trabalhos, ver produções mais recentes e de dimensão testemunhal como Sousa Silva (2012) e também Soares, Bill e Athayde (2005).

⁹ Optamos por grafar a expressão sempre entre aspas, pois além de se tratar, neste caso, de uma categoria da polícia, ela é, também, alvo de críticas diversas, que questionam e problematizam a

Embora trabalhos como alguns destes acima citados possam ter tangenciado o campo religioso, nomeadamente o texto de Birman (2012) e mais o de Esperança (2012), além do próprio artigo de Rodrigues e Siqueira (2012) o presente esforço destaca a dimensão da religião procurando aferir a percepção de lideranças religiosas nativas de áreas com UPP acerca de sua presença e ação local, recorrendo, sempre que possível, a memória do período antes das UPPs e suas expectativas para o futuro.¹⁰

Neste sentido, objetivamos também identificar relações e possíveis conflitos tanto entre religiosos e traficantes de drogas quanto entre entidades religiosas e UPP. Nossa hipótese de pesquisa considerava que organizações religiosas possuem uma ética ou doutrina que poderia causar algum ruído ou até mesmo tensão com as ações dos traficantes de drogas, mesmo considerando seu poder armado de controle onde se estabelece. Quanto à relação com UPP, nossa premissa é que os grupos religiosos detêm capilaridade e, de maneira geral, reconhecimento e legitimidade por sua presença historicamente ativa nesses contextos. Condição assimétrica da UPP que, além de comparativamente recente (em busca de meios de se estabelecer e consolidar nessas áreas favelizadas), não possui sólida estrutura institucional, nem parâmetros e procedimentos legais detalhadamente definidos¹¹. A atuação da UPP resulta, às vezes, em gestão pública segundo critérios mais particulares ou definidos pela subjetividade do comandante em vigor e até dos policiais, do que por uma política rigorosamente pública, isto é, democrática e de caráter republicano.

(im)precisão desse termo para definir o referido trabalho policial. Como mostram, por exemplo, Leite (2012) e Rodrigues e Siqueira (2012).

¹⁰ Ainda que as percepções das lideranças religiosas sobre o tema das UPPs possam convergir com as dos atores com outras inserções, esta pesquisa se justifica pela delimitação de um campo específico de investigação no qual se situam personagens essenciais à vida pública e cotidiana nas favelas cariocas.

¹¹ Sobre a estrutura institucional-legal – sobretudo a falta ou fragilidade dela – na implantação e manutenção da UPP pode ser percebido pelo teor do próprio decreto que a institui. Datado de 21/01/2009, um mês após a instalação da primeira unidade de polícia pacificadora, o documento, contando com a assinatura do governador, tem apenas 233 palavras e menos de uma página. Ver a íntegra do decreto em: http://solateli.com/cfap/html6/decreto41650_21-01-2009.html Rodrigues e Siqueira também comentam sobre isso (2012). Outro (curto) decreto, com data do dia seguinte a este, trata apenas da gratificação dos policiais ativos na UPP: http://solateli.com/cfap/html6/decreto41653_22-01-09.html. Somente dois anos depois, outro decreto, mais extenso, apresenta outras disposições da implantação, estrutura e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadoras. Este decreto pode ser consultado integralmente em: http://solateli.com/cfap/html32/decreto_42787_06-01-2011.html (acessado em 24/03/14).

Perspectiva metodológica

Importante realçar que esta é uma pesquisa exploratória sobre o assunto e seu foco é coerente com a identidade e a trajetória do ISER, cuja produção de conhecimento tem, geralmente, uma perspectiva inclusiva da variável religião. Parafrazeando Paulo Freire (que enfoca a educação), entendemos que religião não explica o mundo social, mas dificilmente uma teorização substantiva de determinada realidade social pode desconsiderar a dimensão da religião.¹² Essa aposta do ISER tem sido característica fundamental e reconhecida em sua trajetória como entidade de investigação e intervenção social.¹³

Para o desenvolvimento da pesquisa, selecionamos áreas onde o ISER já possuía alguma interlocução, tanto na Zona Norte quanto na Zona Sul da cidade, com líderes religiosos de diversas favelas, utilizando um roteiro de entrevista semiaberta, procurando dar espaço para possíveis imponderáveis indo além de um roteiro fechado. Buscamos identificar lideranças de matrizes religiosas mais presentes nesses territórios como evangélicos, católicos e umbandistas, estes últimos em menor proporção. Dividimos a estrutura da entrevista numa espécie de “antes”, “durante” e “depois” da instalação da UPP por julgarmos coerente com o objetivo traçado que foi identificar o contexto de “pacificação” das favelas por meio de atores destacadamente importantes neste espaço, sobretudo com reconhecido protagonismo, que são lideranças religiosas¹⁴.

Os líderes religiosos foram indicados por pessoas vinculadas a redes de que o ISER participa ou mesmo por meio de contatos pessoais dos pesquisadores envolvidos. Não estabelecemos critérios fixos quanto à faixa etária e gênero, mas procuramos

¹² Só para ratificar: todos os grandes pioneiros das ciências sociais agregaram religião nos diversos tópicos de seus estudos e pesquisas seminais, como nos exemplos de Durkheim, Weber, Simmel e também Marx.

¹³ A pesquisa que produziu dados para este texto se articula, de certa maneira, com outra investigação realizada pelo ISER entre 2010 e 2012, sobre UPP e que resultou na publicação de uma edição da revista *Comunicações do ISER* intitulada **Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e reflexões**. O presente artigo, num certo sentido, estabelece conexão dialógica com o texto de Rodrigues e Siqueira (2012), que abre a referida publicação fazendo uma abordagem panorâmica dos diversos assuntos da pesquisa – que tematiza também a religião –, além de focar e aprofundar conceitos e teorias do campo da segurança pública, com especificidade as UPPs.

¹⁴ Um exemplo ilustrativo disso é o Batan, favela no subúrbio carioca de Realengo, onde lideranças religiosas são atores centrais naquela área, conforme pesquisa desenvolvida pelo ISER em 2011. O artigo de Esperança (2012) aponta elementos esclarecedores desse contexto.

selecionar tanto homens quanto mulheres, de algumas diferentes crenças religiosas, mas sem tempo mínimo ou máximo de adesão religiosa à matriz religiosa atual. O que resultou em um conjunto diverso de entrevistados, com quatro homens e três mulheres e todos ligados há décadas às suas respectivas entidades. Ou seja, estavam bem enraizados na instituição religiosa bem como no local de moradia onde também atuam.

No roteiro da entrevista, a conversa não teve início diretamente pelo assunto UPP – que foi tratado mais ao final, após conquista de maior confiança e aproximação com a liderança religiosa –, nem mesmo sobre tráfico de drogas, violência, etc., mas, procurando entender as rotinas e dinâmicas locais da entidade religiosa do respectivo entrevistado, isto é, sobre o assunto acerca do qual conhece bem e, em tese, tem motivação em falar.

Em relação ao teor inquirimos quanto à origem, presença e atuação dele e de sua organização naquele ambiente. Na sequência, perguntamos sobre diversos grupos que se seguiram no controle da favela, desde as facções de traficantes de drogas e até a instalação da UPP. O objetivo foi captar cenários distintos e possíveis interpretações dessas lideranças religiosas acerca das etapas de troca e disputas de poder armado, sobretudo autoridade, nas favelas, a partir da agenda e atividades rotineiras de suas entidades religiosas. Que, além de mediadoras, são, também, detentoras de reconhecida autoridade.

Para ajudar a lançar mais luz sobre os dados do campo, bem como aportar recursos reflexivos sobre o material coletado, elegemos a contribuição teórica de Max Weber sobre os diferentes tipos de autoridade, que são tidos como tipos-ideais, logo aproximados, não justapostos – como ele mesmo alerta – para análise de uma determinada realidade. Optamos por essa teoria por julgá-la pertinente e coerente com a temática de nosso trabalho, que enfoca um cenário marcado por conflitos e disputas de autoridade. Tanto de caráter político (armado com instrumentos bélicos e/ou com palavras e outros símbolos) quanto religioso, para ficar apenas nesse binômio. Além da pertinência com a dimensão metodológica da coleta de dados, que buscava identificar e classificar quem teria mais poder de mando e ser obedecido – a tal autoridade, como diz Weber – no contexto da favela.

O processo de construção da metodologia e de toda estrutura da investigação contou com a participação e direção de pesquisadores do ISER¹⁵. As entrevistas foram feitas em duplas ou individualmente, às vezes contando com outros colaboradores eventuais, que estão identificados em notas de pé de página, quando for o caso. Exceto uma, o local das entrevistas foi a sede da própria organização religiosa, na favela, o que favoreceu a pesquisa no sentido de se captar mais informações sobre sua localização sócio-espacial, o contexto geral bem como ter algumas percepções do ambiente e mesmo identificar possíveis contradições ou confirmações, em face às falas dos entrevistados, sobre a ambiência da favela.

¹⁵ Conforme citado anteriormente, a equipe foi formada por uma antropóloga (Raquel Fabeni), uma assistente social (Suellen Guariento) e por este sociólogo, além de interlocuções eventuais com outros colegas do ISER.

PASSADO DE VIOLÊNCIA EXPLÍCITA E ARMADA

O passado, como é sabido, não é um fato em si, nem unívoco em sua interpretação para os mesmos personagens envolvidos em determinado episódio, inclusive para os que estariam de um mesmo lado em uma disputa. A compreensão do que foi o passado é um dado aberto e passível de novas revisões, pois, como construído a partir do presente, está sujeito às mutabilidades da conjuntura com seus fluxos de força hegemônica e contra força gerando novas interpretações. O que provoca reiterados conflitos pela defesa da “verdade” do que teria sido tal passado¹⁶.

Entre as entrevistas para este trabalho, existem certas semelhanças de apropriação e de narrativa, quanto ao passado, convergências às vezes, mas, também, perspectivas diferentes e até antagonismo na leitura de uma determinada realidade. A rigor, são alguns e distintos os passados das favelas elencadas para essa pesquisa segundo as falas dos entrevistados e, dependendo de sua idade, lócus comunitário ou institucional que ocupa e do nível de interlocução com seu contexto as concepções revelam pontos comuns ou coerentes e também diferenças, às vezes, bem salientes. Dito de outra forma, não existe uma narrativa com fortes sinais de univocidade. De fato, as percepções do mundo real são díspares, mas não necessariamente antagônicas. São detalhes que formam um aparente mosaico, exigindo do pesquisador maior compreensão, além de arte, para reunir peças e construir uma imagem mais claramente próxima do que seria “a realidade”¹⁷.

Visando identificar aspectos do cotidiano da favela antes da instalação da UPP verificamos pelas narrativas, sinais da presença ostensiva – quase onipresente – de traficantes de drogas e suas armas, como uma força supostamente onipotente, em todas as partes das favelas.

¹⁶ Dentre vários trabalhos acerca da memória como reelaboração no presente de um fato passado, ver ensaios de Portelli (2010), como também o artigo O massacre de Civitella Vai di Chiana. In: <http://www.cholonautas.edu.pe/memoria/portelli1.pdf> (acessado em 5/3/14)

¹⁷ Um possível diálogo nessa perspectiva teórico-metodológica ver trabalho, com certa analogia, de Elster (1994).

Presença e atuação das entidades/lideranças religiosas¹⁸

Procurando identificar a origem, trajetória e ação das entidades religiosas participantes da pesquisa, verificamos que todas elas têm uma história e presença consolidada na área geográfica onde se encontram, desde a mais antiga, como uma igreja católica presente há mais de 80 anos, até a mais recente, uma igreja pentecostal, que tem 20 anos de atuação em seu contexto.

Os serviços estritamente religiosos que prestam às suas comunidades como celebrações, acolhimentos, reflexões éticas, empoderamento pessoal e coletivo, orações, rezas, passes e outros apoios espirituais se somam a diversas ações que oferecem, em geral sem qualquer custo para os usuários, como capacitações profissionais, distribuição de bolsas de alimentos, mediação de conflitos, reforço escolar e nutricional, apoio psicológico e psicopedagógico, educação ambiental, sopão, corte de cabelo, aplicação de flúor e orientações de cuidado dentário para crianças, assistência jurídica e outros serviços, alguns deles mediante parcerias externas, feitas com diferentes entidades religiosas e mesmo órgãos privados e públicos.

De maneira geral os entrevistados responderam que jamais tiveram qualquer problema direto ou específico com o tráfico de drogas ou que este nunca impediu ou criou deliberadamente oposição ao trabalho cotidiano que desenvolvem nas favelas. No entanto, ao perguntarmos ou mesmo ao discorrerem mais sobre a rotina de suas ações, os entrevistados trouxeram à luz limites e constrangimentos impostos pela presença ativa e sistemática – que praticamente “tudo vê” – do tráfico de drogas no dia a dia das favelas. Algumas falas eivadas por calculada diplomacia ou exímio cuidado ao se referirem a tal “poder armado”, especialmente no tocante à sua intromissão, velada ou menos indireta, nas atividades religiosas, seriam, de certa maneira, reveladoras da onipresença paradoxalmente pouco visível ou rigorosamente discreta, mas eficazmente ativa – e mesmo negativa – do tráfico de drogas¹⁹.

¹⁸ Registro aqui, em nome da equipe que conduziu esta pesquisa, nosso pleno agradecimento a todas as lideranças religiosas e comunitárias que nos concederam entrevistas, doando-nos de seu tempo – no geral nos recebendo em seus templos – colaborando com seus conhecimentos e avaliações. Reiteramos nosso muito obrigado.

¹⁹ Embora num contexto geográfico, político e social muito diverso da realidade das favelas cariocas, não é de todo incomum nem improvável alguma aproximação com um ambiente semelhantemente marcado por forte controle social, asfixiado por um poder inclusive armado, como descrito por Todorov

Os relatos a seguir ilustram, com sobeja lucidez, esse cenário, além de salientarem outros tópicos do ambiente das favelas pertinentes a este estudo, particularmente no período anterior à chegada e instalação das Unidades de Polícia Pacificadora.

Rotina com sinais de barbárie e sem pleno direito de ir e vir

A visão dos religiosos quanto ao contexto pretérito revela uma espécie de outra faceta dessa esfinge cuja complexidade e nuances denota sutilezas que exigem identificação e compreensão. Optamos por transcrever as falas, dando voz e vez aos entrevistados, fazendo assim uma costura dos assuntos abordados por eles. Que resultou numa espécie de conversa coletiva enfocando alguns temas, conforme apresentados abaixo, mediados por alguns comentários e interpretações.

Padre que mora e atua na favela²⁰ há alguns anos, tendo chegado antes da instalação da UPP, mas cuja igreja católica está presente na favela há várias décadas, descreveu o seguinte ambiente, completando com uma avaliação:

“Era uma violência muito explícita, muito apresentada, muito à mostra. Muito armamento pesado. Você tinha que passar no meio de tudo aquilo. É constrangedor para mim porque é violência, porque é o ser humano que está se destruindo. É uma vida que não é boa”.

E explica ele: “É claro que você poderia ir e vir. Não tem esse problema do morador, inclusive do padre. As pessoas te conheciam, sabiam quem você era”. No entanto, na sequência da entrevista ele revelou outros fatos que, em parte, apontam para a não garantia do pleno direito de transitar na favela:

“Uma vez voltando de outro lugar, eu não entendi um código que estava no meio da rua lá, um cone, tipo uma barreira. Eu não entendi, pensei que estavam tapando um buraco lá. Fui tirar o cone, aí um garoto apontou um fuzil para mim, aí eu expliquei que era padre... E outras situações que a gente depara”.

em suas reflexões autobiográficas e de memória política quanto a sua origem no Leste europeu (Todorov, 1999).

²⁰ Para esta entrevista, contei com a companhia e o apoio de Pedro Soares, então estagiário no ISER, que conhece a favela, o que favoreceu a chegada à igreja e a conversa com o sacerdote, pois ele já foi ativo nesta paróquia. Reitero os agradecimentos ao Pedro pela ajuda e todas as informações dadas.

E falou de sua percepção acerca do passado:

“Eu acho que sempre houve muita violência aqui. Uma coisa é quando você tem alguém que domina. Que tem um domínio sobre tudo, como era um pouco antes. Era uma violência, como eu disse antes, que aparecia muito na evidência das armas. Mas era velada na questão da morte das pessoas, você não sabe o que acontecia”.

Os depoimentos do padre católico revelam com rigoroso cuidado linguístico o contraponto de sua ética pessoal/religiosa comparativamente à realidade do tráfico de drogas, que degradava aos outros e a eles próprios. Ao avaliar que “é uma vida que não é boa”, ele manifesta seu antagonismo moral bem como sua preocupação sacerdotal com a vida dessas pessoas. Já ao afirmar, de pronto, que não havia problemas de circulação na favela, a semântica de suas palavras exacerba o contrário quando ele dá exemplos do cotidiano, revelando o controle de tráfego feito pelo tráfico. Talvez o contexto marcado por tamanho controle, como ele mesmo aponta, levasse as pessoas (ele inclusive, afinal é morador), a naturalizar e até se acostumar, não sem reações, obviamente, a rotina da favela com a presença dominadora do tráfico de drogas. Entretanto, na ampliação de sua descrição, ele volta a recordar do controle de ir e vir predominantemente ali existente²¹. Em sua narrativa verifica-se também uma dessemelhança simbólica entre armas e mortes no cenário da favela: enquanto aquelas eram explicitamente ostentadas – possivelmente como sinal eloquente de poder – estas, isto é, as mortes, eram encobertas ou deixadas em oculto.

22

Pai de santo que fundou centro de umbanda há 30 anos, na favela onde viveu por quase meio século, narrou momentos de pânico vividos com frequentadores de sua religião trancafiados no local de reuniões, devido um tiroteio que impediu as pessoas de voltarem para suas casas:

²¹ Um dos temas clássicos da sociologia no processo de socialização em determinada realidade é chamado de interiorização, conforme teoria de Peter Berger, a partir de concepções clássicas de Durkheim, também de Marx e de Weber. O indivíduo sofre a influência externa e a internaliza objetivamente. Isso não significa, como adverte o próprio Berger, que o indivíduo seja modelado como algo inerte ou passivamente, mas formado num processo ativo e dialético de conversação (Berger, 1985:30-31).

²² É famoso o jargão carioca de que entre os moradores de favela, mesmo tendo testemunhado algo claramente visto por muitos, “ninguém sabe de nada, ninguém viu nada”, por razões calculadas de segurança. Ou seja, para evitar qualquer tipo de retaliação.

“Foi numa semana santa. Teve algo como se fosse um bombardeio, uma guerra de facção entre Rocinha e Vidigal. Toda a comunidade ficou presa, não apenas o meu grupo que estava no centro devido ao ritual de sexta-feira santa. Da janela da casa eu via as balas passando. Foi uma noite e um dia de terror”.

Há alguns anos ele não reside na favela, mas uma vez por semana, pelo menos, se desloca para lá a fim de conduzir as atividades de sua entidade religiosa. Seu testemunho corroborado pela experiência de tantas décadas vivendo naquele contexto reitera dados de um ambiente refém de violência sistemática.

Líder evangélica, residente na favela há várias décadas, tendo sido presidente da associação de moradores, narra detalhes de um ambiente com tiroteios, torturas e muitas mortes, que aterrorizava cotidianamente a favela e até determinou a mudança de muitos moradores para outras localidades, inclusive para fora do Rio, por forte pressão marcada pela violência armada. De maneira particular, ela detalhou ações de um antigo chefe do tráfico chamado Marco Aurélio como sendo particularmente perverso, causando um contínuo de violência no morro:

“Ele colocava fogo nas pessoas vivas. Também matava, arrancava a cabeça e fazia sopa de crânio obrigando moradores que ele não gostava a beber a tal sopa. Era uma coisa horrível mesmo. Ele fazia atrocidades. Matava morador, matava criança... Terminou sendo morto por um policial, que foi depois também morto.”

O círculo de violência, produtora e reprodutora de mortes até com requintes de perversidade, desembocava sempre em novos homicídios, numa rotina que causava pânico na favela, inclusive nas pessoas envolvidas com o tráfico, sobretudo pelo medo de invasão de facção concorrente na venda de drogas.

Relato de pastor evangélico informa que “por muitos anos foi assolado pela questão das drogas e do tráfico” em sua localidade. Não apenas tiros de confronto entre facções rivais, mas também enfrentamento com a polícia. Situação análoga foi narrada por pastora evangélica, onde mora e trabalha há 20 anos, inclusive como diretora de uma ONG prestadora de serviços educacionais, ligada à sua igreja:

“Tiveram vezes que a gente estava tendo atividade com as crianças e o caveirão subia e tínhamos que esconder as crianças, mandar deitar no chão. Estávamos no meio do fogo cruzado. Esses problemas limitavam nosso trabalho”.

Ela fala do tráfico, mas por uma perspectiva de problemas causados pela polícia, em função do conflito armado e a presença do veículo blindado da PMERJ conhecido popularmente como “caveirão”.²³ E destacou consequências prejudiciais ao desenvolvimento rotineiro de seu trabalho, com maior gravidade para os alunos: “Quantas vezes tivemos que adiar festas, atividades pedagógicas. As crianças ficavam afetadas por essa violência e muitas vezes não aprendiam, tinha o problema da evasão escolar”. Em função desse complicador enfrentado em particular por meninos e meninas ela comentou sobre decisão que tomou:

“Fiz duas pós-graduações, em psicopedagogia e em dificuldade de aprendizagem, para entender essas crianças, por que isso me partia o coração. Eu estudava à noite e, várias vezes, fiquei presa lá embaixo esperando o tiroteio acabar para poder subir”.

E arrematou com uma avaliação curiosa: “de certa forma eu gostei dessa experiência porque eu sentia na pele o que outros moradores sentiam”.

Como se pode perceber, os traficantes nem sempre e necessariamente coíbiam o direito de ir e vir, sobretudo dos moradores, mas os constantes conflitos armados, com troca de tiros, tinham como “efeito colateral” a redução ou impossibilidade de circulação pela área interna e mesmo exógena da favela. Mais até, limitava a realização do próprio trabalho, já que era imperioso procurar se defender e principalmente proteger as crianças em lugar menos provável de serem alvejadas por algum projétil, além de ajudá-las com suporte emocional.

A implantação de serviços de apoio psicopedagógico às crianças, que veio resultar na formalização de uma ONG de caráter educacional, revela um tipo de reação da pastora ao domínio de seu contexto, dando pistas de que sua ética e concepção religiosa são uma espécie de contraponto a ação do tráfico de drogas. Inclusive pelas

²³Mais que designação popular, é um termo pejorativo dado ao veículo blindado da Polícia Militar, composto de estrutura de armamentos e utilizado para incursões à favela, causando geralmente mais violência. Ele é temido e odiado pelos moradores.

pós-graduações que veio a fazer para qualificar melhor seu trabalho no atendimento com mais eficácia às crianças.

Líder católica e comunitária contou sobre a favela, onde mora há mais de 30 anos, inconformada com o passado de seu contexto e o saldo negativo com a morte de pessoas de faixa etária da juventude:

“Quantos jovens inocentes se foram... Eu digo e confirmo: o Estado chegava aqui matando mesmo, não queria saber, era assim mesmo. Não estou exagerando, eles chegavam matando, não faziam a abordagem como deve ser feita”²⁴.

Sua fala, enérgica, soa como uma denuncia da ação violenta da polícia, cuja abordagem resultava geralmente em mortes, mais violência e sofrimento. Entretanto, ao se reportar aos traficantes de drogas, sua manifestação é expressa de modo significativamente diferente: “É bem complicado falar da violência... Houve ocasiões nos anos 80, 90, que a nossa capela chegava a ser roubada várias vezes quando morria pessoas do contexto”, revelou com discrição e quase em código sobre os malefícios causados pelos traficantes de drogas.

“Pessoas do contexto”, isto é, os traficantes, faziam funerais de seus pares na igreja, o que afastava outros moradores: “Acontecia que o pessoal não queria batizar os filhos por causa dessas coisas, não queriam fazer a 1ª comunhão das crianças ali”, explica ela. Uma disputa pelo espaço da igreja, que os fiéis achavam estar maculado pela presença e utilização por parte dos criminosos. Por conta disso, ela informa, essas atividades do pessoal do tráfico passaram a ser feitas na Associação de moradores. E como retaliação, os traficantes roubavam os pertences da igreja. Aqui se percebe um caráter moral e também espiritual na resistência dos fiéis e mesmo da liderança da igreja à utilização do templo católico por parte dos traficantes de drogas.

Uma breve análise geral destas falas mostra que ao se referirem ao passado de suas favelas, os termos frequentes usados pelos religiosos são: “violência”, “armas”, “tiroteios”, “terror”, “fogo cruzado”, “mortes”, “tortura”, “sem liberdade plena de

²⁴ Essa questão da abordagem policial, complexa, é geradora de tensões e problemas em qualquer ambiente, sobretudo em área de favela. Ela tem sido uma das reclamações de moradores mesmo em área de UPP. Isso resultou, por exemplo, numa busca por modelo democrático mais adequado, envolvendo policias e moradores, na UPP do Santa Marta (Rodrigues e Siqueira, 2012).

transitar”, desvelando um ambiente certamente difícil de viver. A atribuição de responsabilidade por essa situação dirige-se tanto ao tráfico de drogas, inclusive disputas entre facções, bem como à polícia, e também resultante do confronto coletivo entre traficantes e policiais. Percebe-se, portanto, que o passado de violência armada e explícita, inclusive com mortes, tem um protagonismo do tráfico de drogas, mas não descolado da outra face quase justaposta dessa realidade que é a ação do Estado, por meio de suas polícias, resultando em antítese de sua função precípua que é prover e promover segurança pública. Independente da área geográfica em que as pessoas vivem ou do estrato social onde estão alocadas.

Num contexto assim, marcado por violência real e simbólica, explícita e codificada, mantido por um controle sem chance (ou com pouca possibilidade) para diálogos e dissensos, os religiosos comentaram das ações de suas organizações bem como de seus discursos e orientações espirituais contrapondo, com calculado cuidado, esse cenário, utilizando linguagem própria da religião, enfocando “paz”, “alento”, “esperança”, e “apoio mútuo” para superação de dificuldades. Para alguns, a procura pela religião era inclusive uma forma de amenizar esse ambiente de tensão e dor, além de buscar um lugar seguro para formação dos filhos, visando distanciá-los da influência controladora das atividades ilícitas de traficantes de drogas.

Religiosos e traficantes: relações de autoridade

Convivendo numa mesma área geográfica, a relação entre entidades religiosas e traficantes de drogas transparece certa disputa, sobretudo de mentes/corações e mesmo espaços, pois, em tese, as concepções doutrinárias dos religiosos – sobretudo nas tradições cristãs (evangélica e católica) – reforçam a perspectiva legal vigente de contrariedade ao consumo de drogas. Mais até, evangélicos e também católicos trabalham pela recuperação de “pessoas viciadas”, com base também em experiências de mudança individual pelo viés da fé religiosa²⁵, mantendo e defendendo a ampliação

²⁵ Esperança fala dessa importância social das igrejas no processo de recuperação de dependência química (2012:100). Sobre alcoolismo e ação das igrejas evangélicas, sobretudo pentecostais, ver Mariz (1994:83-4).

das chamadas “comunidades terapêuticas”²⁶. Essa perspectiva já denota uma tensão velada entre as atividades dos grupos religiosos e as ações dos traficantes.

Segundo depoimentos de nossos entrevistados compreendemos que o relacionamento entre entidades religiosas e traficantes de drogas foi marcado por certo distanciamento e/ou convivência aparentemente sem conflitos, mas também com tensão e disputa, conforme demonstram os relatos a seguir, enviados por uma linguagem que reitera cuidados ao se referir ao tráfico de drogas.

“Nunca houve um confronto, um abuso, alguma coisa assim. Mas, claro, eles tem a lei da convivência. O que você vai fazer diante de uma situação que é tão grande, tão grave? Então essa convivência: eu não entro na tua, você não entra na minha, e vamos vivendo”.

Como em sua primeira resposta, o sacerdote diz formalmente e de forma direta que não há problemas de relacionamento, para, em seguida, esclarecer sobre a existência da “lei da convivência” imposta pelo tráfico, cuja situação cotidiana “é grave”, resultando em distanciamento antagônico. Ao mencionar que “eu não entro na sua e você não entra na minha”, o padre exacerba a dimensão paradoxal e oposta das funções de seu trabalho religioso e atividades do tráfico de drogas. E nessa tensão em que um não ignora o outro, pois o ambiente é de velada disputa, “vamos vivendo”, completa ele²⁷.

De maneira semelhante, pastora evangélica revelou: “nunca fomos impedidos de fazer nosso trabalho. O tráfico nunca se meteu, nunca teve interferência até por que nunca pedimos ajuda”.²⁸ Sua igreja possui uma ONG focada na área educacional, cujas atividades acontecem nas dependências do templo voltadas especialmente para crianças. Coerente com a fala do padre, ela revela autonomia de seu trabalho em relação ao tráfico e com isso deixa transparecer que é possível ter o apoio de

²⁶ Embora existam muitas críticas a estes espaços, principalmente de setores da saúde e psicologia, “comunidades terapêuticas”, especialmente de orientação religiosa, são instituições de internação, geralmente com o consentimento da pessoa, que visam oferecer alternativas de tratamento para superação do uso de drogas, com forte enfoque na fé religiosa. Ver também Esperança (2012:100).

²⁷ Declaração semelhante foi verificada entre religiosos no Batan na relação com traficantes de drogas, segundo pesquisa do ISER, conforme artigo de Rodrigues e Siqueira (2012:37).

²⁸ A pastora explica sobre sua distância e independência em relação ao tráfico de drogas. Porque procurar ajuda significaria comprometer-se, permitindo a cooptação por parte do tráfico. Este nada concede gratuitamente, mas trocaria favor por apoio e legitimação de seu domínio. A fala da pastora revela a manutenção e jamais divisão de sua autoridade, que seria de natureza carismática conforme a teoria weberiana.

traficantes. E ao prestarem qualquer ajuda, sobretudo financeira, buscariam algum tipo de associação com grupos respeitados e com reconhecimento legítimo como instituições religiosas e seus líderes.

Pastor da Assembleia de Deus, que atua há 20 anos, narra a relação da igreja com os detentores do poder armado em seu contexto:

“A igreja sempre foi muito respeitada pelos bandidos, digamos assim. Aqui era A.D.A.²⁹, eu não sei como foi no passado [anterior a sua chegada]. Provavelmente a igreja passou pelo Comando Vermelho, mas o que ficou um tempo maior foi o A.D.A. E muitos desses rapazes que estão envolvidos ou estavam envolvidos, infelizmente, muitos deles são filhos de crente”³⁰.

Ele também falou do respeito que os traficantes tinham por ele, até mesmo dando apoio para ele ressocializar um “ex-traficante” que viraria motorista de ônibus. O mesmo não aconteceu em relação à polícia. A fala era mais enérgica e, às vezes, nervosa. No contexto geral da entrevista ele deixou claro que traficantes respeitam as igrejas, mas que a polícia age com desrespeito e truculência: “A polícia precisa ser mais preparada para lidar com a população. Eles não são preparados, eles tratam ou querem tratar as pessoas da comunidade como se fossem bandidos. Como se todos fossem ‘farinha do mesmo saco’, e não é verdade”³¹, esclareceu.

Narrativa análoga foi feita pelo pai de santo: “Se eu dissesse que, alguma vez, tivesse sido molestado ou alguém do meu grupo tivesse sido incomodado eu estaria mentindo. Pelo contrário, eles [traficantes] sempre tiveram respeito”, declarou enfaticamente.

²⁹ A.D.A., sigla para Amigos dos amigos, facção do tráfico de drogas no Rio Janeiro.

³⁰ Rodrigo, o amigo que me ajudou nessa entrevista, e que é pastor, observou e ponderou que quando o entrevistado falava sobre os traficantes sua expressão era de misericórdia – não de aprovação do que eles fazem, mas uma espécie de compaixão – de alguém que os amava, apesar de tudo.

³¹ Essa questão da abordagem policial outrora reclamada pela líder católica e agora pelo pastor é tema recorrente, inclusive tratado na literatura, como mencionado por Rodrigues e Siqueira (2012). Aqui o pastor faz uma crítica ao tratamento dispensado pelos policiais aos moradores em geral como se fossem criminosos. Nessa fala fica reiterada a diferença entre o traficante e o “morador cidadão de bem”; uma certa dimensão antagônica entre o tráfico e os líderes religiosos. E, no limite, parece considerar possível um tratamento diferenciado, (não democrático?), aos traficantes, em comparação a outros moradores e religiosos. O que sugere certo paradoxo entre este depoimento e outros do mesmo pastor, conforme visto anteriormente.

Durante a conversa o tom de suas palavras demonstrava certo cuidado e preocupação ao se referir ao tráfico. Mesmo num contexto com presença de UPP, é bom que se reitere. Mas não escondeu as dificuldades que o tráfico causava, ativa ou passivamente, às suas atividades religiosas:

“O constrangimento e a coisa desagradável era quando eu descia pra receber uma visita e ela se deparava com aqueles homens armados. Isso era uma coisa real, todo mundo sabe, foi mostrado³². Então isso é uma coisa que constrangia muitas vezes, então eu nem convidava pessoas para irem lá [no espaço religioso]”.

Pelos dois últimos depoimentos se percebe que ambos – pastor e pai de santo – asseguram, de maneira formal, que jamais houve impedimento explícito de traficantes contra atividades religiosas, de qualquer tradição ou viés religioso, seja de evangélicos ou de grupos afro-brasileiros.

Possivelmente as atividades dos grupos religiosos, por mais diferentes e até certo ponto antagônicas às ações dos traficantes, não entravam em conflito aberto o que permitia uma coexistência possível nessas áreas. Sem considerar que parte do contingente do tráfico em muitas favelas é constituído por pessoas associadas a famílias de matriz evangélica, como visto acima e também revelado por Vital da Cunha (tese de doutoramento, Ppcis/Uerj, 2009).

O trabalho religioso de evangélicos também permitia maior aproximação com traficantes, como mostra este relato de pastor assembleiano:

“Eu via nesses becos jovens que foram crianças aqui na igreja, jovens que eu peguei no colo, jovens que eu apresentei e que foram consagrados, como nós fazemos nas nossas igrejas; agora na lama, no tráfico, com fuzil no ombro e pistola na cintura. Então eu orava e dizia para Deus: ‘Senhor, não estou aguentando isso’”.

Juntamente com sua igreja começou a realizar encontros religiosos com esse grupo, na perspectiva evangélica da “conversão”, isto é, buscando produzir transformação dos traficantes, como o abandono de suas atividades ilícitas:

³² Eximindo-se de qualquer suspeição ou comprometimento ele insistia na explicação como que dizendo não estar denunciando ou revelando nada novo, mas salientando fatos que são conhecidos e informados pela imprensa.

“Fazíamos o culto entre 22 horas e meia-noite. Não adiantava fazer um culto às 19 horas e convidá-los pra vir à igreja, por que eles não vinham. Então, qual é a palavra do Senhor, não é ide?! Então nós fizemos um trabalho nesse horário na quadra pra eles. E nesse trabalho a gente teve experiências fantásticas. Eles iam com todos os *instrumentos de trabalho, com o ferramental* [ênfase na fala do entrevistado]. Eles colocavam seu armamento numa salinha. E nós fazíamos o trabalho, orávamos por eles, pela vida deles”.

Alguns relatos destacam que, no passado, traficantes teriam mantido vínculos com religiões de matriz africana. Líder evangélica informa que o citado Marco Aurélio, antigo chefe do tráfico, utilizava cabeças de pessoas que matava em rituais supostamente religiosos, no alto do morro. Pastor evangélico no Salgueiro³³ afirma que outrora o tráfico tinha ligações mais estreitas com a “macumba”, cujos espaços sagrados foram depois ressignificados por outros grupos que assumiram o “controle do morro”, como os chamados “traficantes evangélicos”.³⁴

Embora seja pertinente considerar suspeições sobre correlações que evangélicos fazem sobre religiões afro-brasileiras e traficantes de drogas, que podem estar enviesadas por suas concepções de crenças mais críticas a tais religiões, não dá para desconsiderar a possibilidade e plausibilidade de tais relatos.

Enquanto existe receio de muita gente acerca de possibilidade de relacionamento com traficantes de drogas, temendo ser alvo de violência ou associação com “o mal”, líderes religiosos como os acima mencionados, mantiveram relações, veladas ou mais explícitas, tensas ou mais amistosas, com tais personagens.

Percebe-se que a própria presença e ação das religiões são um contraponto e uma reação à presença e atividades do tráfico de drogas, que pela discricção pode parecer de pouca relevância ou consequência, entretanto não se pode desconsiderar a presença de um poder armado, com suas lógicas, regras e interesses, que dificulta e quase anula uma ação mais ousada e proativa das religiões. É fato que os grupos religiosos, sobretudo as igrejas cristãs, não fazem oposição explícita a estrutura do tráfico de drogas, mas buscam “salvar” o indivíduo. A cada “conversão” ou abandono

³³ Este e outros líderes religiosos participaram de encontro no ISER, em maio de 2013 – já aqui citado – que foi preliminar a esta pesquisa.

³⁴ Conforme trabalho de Vital da Cunha (Ppcis/Uerj, 2009).

do consumo de substâncias químicas e/ou da atividade ilícita de alguma pessoa isso é amplamente celebrado e divulgado.

Podemos considerar esta presença e ação do tráfico como uma espécie de *dominação ilegal* e mesmo *não totalmente racional*, numa analogia – quase uma antagonia – com a teoria de Weber. Pois busca manter seu poder e legitimar sua autoridade com base no medo e controle impositivo das armas. O que não é possível se sustentar perenemente, em qualquer sociedade, como a história tem demonstrado, em particular a trajetória política ocidental no decorrer do século XX³⁵.

Por outro lado, ao dizer que os traficantes não incomodavam ou não suscitavam obstáculos ao trabalho dos grupos religiosos, pode ser uma maneira semanticamente curiosa de esclarecer que o tráfico teria o controle (armado). Entretanto, tal concepção pode desvelar a autoridade moralmente legítima das entidades religiosas, cujas disputas com o tráfico se dão pontualmente no “resgate” ou conversão do indivíduo, mas que, em tese, a própria presença e ação das religiões, particularmente as evangélicas que estão bastante presentes nestas áreas, estariam questionando a ação, o suposto poder armado/simbólico e a própria presença do tráfico. Neste sentido, a autoridade carismática que pode ser associada, genericamente, aos líderes religiosos tem um poder que se sobrepõe a *autoridade ilegal e pouco racional* do tráfico de drogas.

³⁵ Os sistemas autoritários e totalitários de diversos matizes ideológicos em vários contextos geopolíticos do século XX, são uma amostra desse fato. Sem falar também de grupos marginais, como organizações criminosas. No caso do Rio de Janeiro, a violência tanto dentro do grupo – revelada na disputa entre facções do crime – como entre policiais e traficantes resulta em mortes frequentes e continuadas causando uma necessária e permanente renovação de pessoal para as diversas funções da cadeia que sustenta as atividades do tráfico de drogas. A expectativa de vida dos agentes envolvidos nesses sistemas é bastante curta, já que a morte chega bem cedo em sua trajetória individual. Como ilustra bem o documentário Falcão - Meninos do tráfico, de MV Bill e Celso de Athayde, lançado em 2006. Dentre vários estudos, destacamos: Dowdney (2003), e, Ramos (2011).

UM PRESENTE DE “PACIFICAÇÃO”³⁶ ARMADA E VIOLÊNCIA VELADA, ÀS VEZES, EXPLICITADA

A cada instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora em favelas do Rio, marcadas por cerimônias oficiais com a presença de autoridades, às vezes até do próprio governador, veicula-se notícias na grande imprensa e nos órgãos públicos de comunicação, algumas delas fazendo fé que a violência mais explícita e de maior potencial ofensivo é uma página virada e de que uma “nova era” tem início em áreas antes controladas pelo tráfico de drogas, com a entrada da UPP. No discurso retórico do próprio governador a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora equivale a “devolver à população a paz e a segurança”. Tal concepção e sua reprodução por meios de comunicação atenderia a um projeto que visa demonstrar a mudança de paradigma na “política de segurança”, operada pela UPP. A construção dessa realidade sem fundamentação empírica destoa, significativamente, das percepções de religiosos ativos no cotidiano de favelas onde fazem mediação e prestação de serviços religiosos e sociais.

A chegada e permanência da UPP nas favelas são vistas de maneira diferenciada, com reconhecimento de alguma melhoria em relação ao passado de violência explicitada, especialmente pela exposição de armamentos, bem como redução de conflitos entre policiais e traficantes, mas com percepções críticas de problemas que persistem e outros que surgem, o que gera dúvidas sobre real eficácia, além de futuro (melhor) dessa ação governamental. Como a forte presença do tráfico de drogas, embora mais dissimulado em algumas áreas e em outras nem tanto. Além da própria polícia que recrudescer certas práticas que resvalam, em parte, para atitudes que negam o próprio sentido de proximidade e “pacificação” segundo o modelo propalado da UPP³⁷. Uma única entrevistada, revelou entusiasmo destacado com a

³⁶ Sobre pacificação numa perspectiva crítica ver artigo de Leite (2012), que analisa o contexto anterior da “metáfora da guerra” marcado por disputa entre policias e traficantes ao ambiente atual da “pacificação” pela UPP.

³⁷ Ao se comparar percepções de moradores e outros líderes em pesquisas anteriores com essa que fizemos, se percebe uma mudança verificada na redução da importância e confiança na UPP, ao mesmo tempo que revelam e concebem maior acomodação e presença do tráfico (Rodrigues e Siqueira, 2012).

UPP em seu contexto, embora já fazendo senões à realidade do novo comando³⁸. A seguir os relatos dos entrevistados.

“O tráfico existe, é fato isso. O que nós não temos hoje é a presença do tráfico armado, mas ainda assim, o tráfico de drogas continua. Numa proporção menor, mas continua”, revelou pastora. Já pastor pentecostal afirmou:

“Melhorou bastante algumas questões, mas a gente sabe que a violência sempre vai existir³⁹, não adianta. Aqui ainda continua um lugar muito violento, então, a UPP veio trazer melhora nessas questões relacionadas à segurança.⁴⁰ Hoje você não vê mais aquele movimento do traficante dentro da comunidade com a ostentação de armas, daquele poderio bélico, você não vê. Mas dizer que isso acabou; não acabou. Isso não é só aqui. Em todas as comunidades ditas pacificadas, inclusive as com UPPs, a violência continua, isso está explodindo sempre no jornal. No Tuiuti, na Mangueira⁴¹ e por aí vai.”

Percebe-se certo cuidado ao se falar dos supostos benefícios da UPP, mas com reconhecimento de que os problemas de segurança são mais complexos do que essa prática de policiamento chamada de “pacificação”. E todos reiteram a presença ativa do tráfico, mesmo sem a exposição das armas. Nisso converge para uma fala do secretário de segurança de que a UPP não pretende acabar com o tráfico, mas com violência armada e a retomada do território (Rodrigues e Siqueira, 2012: 10-11).

Pai de santo, que residiu na favela até 2005, comenta sobre presença da UPP:

“Eu não estou vendo diariamente. Enquanto estou lá vejo que as coisas estão tranquilas. Nenhum membro que se identifique do trabalho armado, só vejo a polícia e isso nos dá uma segurança. A gente sabe que o tráfico continua, mas não sei aonde, nem nunca soube. Eu nunca me senti inseguro lá, mas a UPP nos dá uma sensação melhor de segurança. Mas o fato de eu não morar lá, não dormir e nem acordar lá, torna as coisas diferentes. Talvez, eu não tenho uma radiografia correta. Mas

³⁸ Esse depoimento reforça a concepção já comum entre outros pesquisadores que a UPP – como já visto neste trabalho – carece de parâmetros normativos ou institucionalização de seus procedimentos, entretanto, em grande parte, fica “refém” do controle do comandante em exercício.

³⁹ Articula a teoria de Peter Berger sobre o problema da criminalidade (Berger, 1985).

⁴⁰ Embora esse depoimento do pastor, ele designou um líder de sua igreja para nos apanhar e guiar desde o ponto do ônibus, no alto da estrada, seguindo a pé pelos diversos becos até chegar ao templo da igreja, bem dentro da favela. Era um domingo, dia claro, de sol, por volta de 16 horas. De igual forma, ele pediu a outro rapaz da igreja para nos conduzir no retorno, até o ponto de ônibus, na estrada que corta a favela.

⁴¹ No contexto da entrevista (junho de 2013), havia tido problemas de violência nos dois locais citados pelo pastor e amplamente divulgados pela imprensa.

quando eu morava lá eu lembro que as pessoas achavam normal, acabam se adaptando àquela realidade de ver mais de 30 homens armados, era a realidade deles. Eu percebo que tem pessoas que não conhecem outra realidade, vivem aquela ali”⁴².

Dentre três religiosos de uma mesma favela, as percepções do padre e do pastor estão mais alinhadas em comparação à visão do líder umbandista. Disse o padre:

“Há muitos relatos. Há pessoas que dizem que, de fato, melhorou, que mudou muita coisa. Outros dizem, dependendo do lugar que a pessoa mora aqui dentro, a coisa está pior. Dependendo do plantão de certos policiais as coisas continuam... Com a presença da polícia há uma modificação da geografia da violência, mas que continua. E aquela pretensão de que vamos desarmar a favela, isto ainda está longe de acontecer. Há tiroteios quase que diariamente. Essa noite, inclusive, lá pelas dez horas, houve um tiroteio terrível. Muito grande. Hoje está assim, meio dividido, parte de cima e de baixo, com dois grupos que estão se confrontando, e a presença da polícia. Então há relatos de pessoas e de famílias de que a polícia barbariza. Há relatos de que há esse confronto entre duas facções. A presença é muito forte”.

Como já foi afirmado em outros trabalhos, como alguns aqui citados, cada UPP tem sua própria realidade, que depende do contexto local, do comandante e outras forças que operam no lugar. Segundo a entrevista do sacerdote acima, também as percepções dos moradores são díspares, em função de fatores diferenciados num contexto geográfico e social tão diverso quanto de uma grande favela. Um destaque, entretanto de sua fala é a presença armada do tráfico de drogas, inclusive com disputa de facções por pontos de venda de tóxicos. As armas podem não estar visíveis, como disse o pastor evangélico, o pai de santo e o padre, mas o barulho dos tiros denuncia sua ativa presença⁴³.

⁴² O final de sua fala tematiza a teoria de interiorização pelo processo de socialização, como tratado por Berger e comentado aqui anteriormente, (Berger, 1985).

⁴³ Na pesquisa realizada pelo ISER entre 2010 e 2012 em áreas de UPP, conforme texto de Rodrigues e Siqueira, moradores da Providência e do Batan atestaram o “cessar-fogo” em suas áreas, coerente com o que é uma promessa e uma premissa da existência da UPP. No entanto, na favela onde vive, como mostrou o relato do padre, os tiros são diários envolvendo conflitos entre facções do tráfico e também com a polícia. Além disso, a própria UPP que viria para prover a “pacificação”, ela mesma “barbariza”,

Já a líder católica destacou mudança relativa, considerando a partir de uma perspectiva mais econômica:

“Agora as coisas estão menos duras. Teve mudanças em muitas coisas, como no comércio. Os que já tinham comércio estão ampliando, outros comércios se instalaram aqui. Esses *restaurantezinhos self-service* tem um monte, lojas de roupas, até casa de estética tem agora aqui. O território mudou e as pessoas têm investido mais aqui sim”.

Dentre os locais pesquisados, a realidade de uma favela da Zona Norte, conforme relato da líder evangélica, salienta uma diferença em relação aos demais lugares e percepção de seus líderes religiosos. Disse ela: “A UPP foi a melhor coisa que aconteceu aqui no morro. Sim, foi a UPP entrar aqui. Hoje eu não sei o que seria de nós sem essa UPP, acho que voltaria a mesma guerra de antes”. Sua percepção revela um desejo: “Eu acho que tinha que ter UPP em todas as comunidades do Rio de Janeiro. É uma nova metodologia da ação da polícia, porque eles têm o escutar e o ouvir”. Ao terminar sua fala ela revela a importância de uma abordagem policial dialógica, respeitadora de direitos como deve ser no estado democrático, próxima do que seria um policiamento de proximidade ou mesmo comunitário⁴⁴. Outro fator que deve ser considerado na fala dessa líder, diz respeito à sua área que já foi vista como uma das experiências mais plausíveis do modelo UPP, especialmente no período de certo comandante, mas que já havia sido transferido quando da referida entrevista. Que é reiterado pela própria entrevistada.

As diferenças entre as diversas áreas com UPP se revelam bastante significativas, especialmente considerando se moram ou não na favela onde tem sua organização religiosa, como atestam as falas acima. O caso de uma favela da Zona Sul é exemplar neste sentido. O relato do padre, que mora na área é mais agudo na descrição dos problemas do que o testemunho do pastor, que vai à favela pelo menos duas vezes na semana, mas não reside no local. E mais distante ainda do pai de santo,

dependendo do grupo de policiais de plantão, assegura o padre com base em testemunhos de moradores.

⁴⁴ Sobre tratamento policial em relação aos moradores, policiamento comunitário e polícia de proximidade, Rodrigues e Siqueira fizeram breves e pertinentes considerações (2012: 41-42).

que vai ainda menos vezes e também não tem sua residência no ló local. Além de atuarem em áreas distintas dentro do complexo da favela.

Embora reconheçam e testemunhem uma mudança no ambiente, com violência atenuada em comparação ao passado sem UPP, os dados apontam um contexto de violência que insiste e persiste, tanto por parte de traficantes, mas também de parte de policiais, especialmente em determinados plantões. Que “barbarizam”⁴⁵, como classificou o padre.

Os testemunhos de dois religiosos de uma mesma favela da Zona Norte são comedidos quanto à nova realidade. A líder católica enfatiza que a situação agora é “menos dura”, exemplificando com ampliação e diversificação do comércio local.

A “pacificação” feita pelo braço armado do Estado, que seria o “único detentor legítimo do uso da força física” (Weber), revela pelo menos um paradoxo e um desafio: “pacificação” tem ganhado significado para moradores, como vimos em depoimentos de nossos entrevistados, da troca de um grupo armado por outro grupo de poder armado. Seria possível e preciso falar de paz com este tipo de configuração/estruturação por meio de armas? Quanto ao desafio, o braço armado do estado não tem usado legítima e legalmente a força física estritamente dentro dos limites impostos pelo estado democrático de Direito⁴⁶, assim como prevalece, mesmo em menor proporção e capacidade de fazer valer sua vontade, o braço armado ilegal do tráfico de drogas. Neste sentido, “pacificação” é um conceito ainda distante já que a violência por parte de supostos criminosos e, às vezes, das próprias forças legais de segurança pública continua e se insinua a prevalecer. O que coloca em xeque a proposta-promessa governamental quanto à responsabilidade da UPP, que seria “combater facções criminosas e devolver à população a paz e a segurança.”

⁴⁵ A entrevista foi concedida no contexto de grande abordagem da imprensa do “caso Amarildo”, ajudante de pedreiro desaparecido quando estava sob a tutela de policiais da UPP na Rocinha. Teria alguma ligação essa sua classificação, além do que ele diz ouvir de seus fiéis?!

⁴⁶ O já mencionado “caso Amarildo”, ocorrido no contexto de uma UPP, é emblemática dessa discussão.

Outras relações de autoridade: religiosos e UPP

O relacionamento entre religiosos e/ou organizações religiosas e UPP é bastante diversa, às vezes controversa, como se pode verificar nos relatos abaixo, que explicitam disputas de autoridade e legitimidade, à luz da teoria apresentada por Weber. Questionada sobre essa relação pastora respondeu com firmeza:

“Não é uma relação boa, é suportável. A UPP não tem adesão da comunidade, então, é uma relação muito difícil porque a maneira como eles foram colocados dentro da comunidade, foi uma troca de poderes. Essa interlocução com a comunidade, o diálogo é algo ainda muito precário. E a gente insiste nisso pra que se dialogue, se converse”.

Para além de líder religiosa, ela fala também como líder comunitária, exacerbando desconforto mais geral da população com a presença da UPP⁴⁷, por sua imposição na área da favela, sem diálogo ou pouca interlocução com as lideranças locais e as pessoas em geral. E avalia a chegada da UPP como uma “troca de poderes”, fazendo referência semelhantemente niveladora da ação da polícia com o modelo autoritário dos traficantes de drogas⁴⁸.

Entre um tom irônico e lacônico pastor pentecostal comentou: “a relação da igreja com essas unidades pacificadoras tem sido pacífica. Nós não temos tido nenhum problema”, declarou descartando uma resposta mais complexa, como vinha fazendo em outras perguntas feitas; entretanto, revelando muito de seu desconforto e distanciamento nesta curta sentença, bem como na sequência da entrevista. Essa questão da desconfiança dos moradores de favela em relação à polícia e o trabalho

⁴⁷ Dentre tantos exemplos, destacamos, ilustrativamente, o caso de reações e críticas à instalação da UPP no Borel, como registrou a cobertura da imprensa no período (junho de 2010), que culminou com o movimento Ocupa Borel, no final de 2012, reunindo lideranças comunitárias, ONGs, organizações religiosas e outros atores de reconhecimento local.

⁴⁸ Em pesquisa já mencionada feita pelo ISER, um entrevistado do Morro da Providência, abordando essa “troca de poderes” referiu-se a UPP e seu comandante como os novos donos do morro (Rodrigues e Siqueira, 2012: 45).

que realiza, bem como dos policiais ao contexto da favela e seus habitantes, tem uma longa trajetória, geralmente marcada por signos muito deletérios.⁴⁹

No contexto de favela da Zona Norte pastor explicou sua posição a partir de sua percepção, imbuída de forte ética religiosa:

“Como a gente preza por obedecer o que a palavra de Deus diz, nós entendemos eles [policiais] como os principados que vem com espada⁵⁰. Eles só são ameaça pra quem anda errado, pra quem anda certo não há problema com eles. Logicamente, como igreja, não podemos atropelar a autoridade que eles tem⁵¹. O cumprimento da palavra⁵² é obedecer e graças a Deus não temos tido problema nenhum com eles. Muitos, inclusive, dos chefes deles viabilizam muito o trabalho da igreja no que tange a liberação, a obstrução de alguma via, sempre com a liberação deles”⁵³.

De maneira direta, líder umbandista respondeu negativamente: “Nenhuma relação. Eu nunca fui ativista, nem fazia parte de associação de moradores, pois a gente sabe que a associação sempre foi comprometida com o tráfico, senão ela nem estaria lá”, sentencia.

Já a líder evangélica respondeu positivamente acerca da relação com a UPP: “É muito boa. Conhecemos todos de lá. Quando tem festa o bolo é feito aqui⁵⁴, quando tem cachorro-quente é a gente que faz aqui, estamos sempre em contato”, revela a proximidade e mesmo parceria informal entre igreja e UPP⁵⁵.

Descrição detalhando uma relação mais individual e particular, mediada pela aproximação religiosa de matriz cristã, foi feita pelo padre católico:

⁴⁹ Rodrigues e Siqueira atualizam dados sobre essa relação tensionada, a partir de pesquisa já mencionada, desenvolvida pelo ISER, especialmente no artigo que escrevem sobre UPP e seus dilemas (2012: 30-31).

⁵⁰ Referência aleatória ao contexto bíblico.

⁵¹ Alguns textos bíblicos, tomados literalmente, enfatizam o respeito e mesmo submissão às autoridades legais, como na clássica passagem da Epístola de Paulo aos Romanos, cap. 13, versículos de 1 a 7.

⁵² Palavra é um substituto para a Bíblia, tida para eles como “Palavra de Deus”.

⁵³ Para realização de culto ou outra atividade na rua é necessário ter autorização da UPP.

⁵⁴ A entrevista foi feita nas dependências da igreja evangélica da qual é líder, inclusive responsável pela cozinha do templo.

⁵⁵ O pastor dessa igreja, que participou de um encontro no ISER no período preliminar desta pesquisa, comentou dessa relação próxima e de confiança com a UPP em sua favela.

“Nós temos relação com um policial que é presbiteriano. A gente tenta trabalhar a questão religiosa aqui dentro. Tem um seminário de um monge beneditino que tem um projeto de meditação espalhado no mundo todo e tem um núcleo em Copacabana. Ele [o policial presbiteriano] teve aqui com outro presbiteriano que está com interesse de abrir um núcleo de meditação aqui dentro. Então, a relação nossa é muito de pessoas para pessoa. De instituição para instituição, não. Você conhece o policial, que é teólogo, presbiteriano, ele nos conheceu, então nós já fizemos umas atividades em conjunto, que foi este seminário da paz, este outro seminário de meditação. Na UPP aqui, eu conheço um major, que me parece uma pessoa muito séria, mas não seria institucional a Igreja e a UPP”.

Enquanto no contexto de uma favela da Zona Norte a líder e o pastor falaram da proximidade e apoio à UPP, o padre na Zona Sul enfocou distanciamento institucional, embora com contato mais pessoal com um soldado que é teólogo protestante. O contexto de implantação e desenvolvimento de ações da UPP na favela da líder evangélica da Zona Norte em comparação à UPP do padre na Zona Sul, além de seus comandos diferenciados, sinaliza outra vez a falta de procedimentos institucionais claros e universais, como já mencionado acima, nas práticas da UPP. O que denota que a autoridade racional-legal, operada por este braço armado do Estado (que neste caso seria a polícia), atua, às vezes, conforme uma racionalidade pessoal ou particular do comandante e seus policiais, resvalando para uma ação que pode ser classificada como tangenciando o ilegal ou pelo menos pouco formal-legal.

Igrejas e outras entidades religiosas estão entre as organizações comunitárias de grande capilaridade e reconhecido prestígio nos territórios de favela no Rio de Janeiro⁵⁶. Entretanto, a instalação da UPP nesses locais não consegue fácil adesão ou amplo apoio dessas estruturas institucionais. Falta diálogo, como explicitou uma pastora, o que resulta, além de distanciamento, desconfiança e críticas, até certa oposição às diretrizes da UPP. Como se depreende da análise dos discursos, conforme apresentados acima, principalmente neste tópico. Embora velado, é um conflito de poderes, na verdade uma disputa por autoridade (Weber), que produz mais incertezas

⁵⁶ A favela de Acari, na cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo ilustrativo dessa realidade, conforme dados quantitativos e qualitativos produzidos por Vital da Cunha (2008). Ver também Jacob, Hees, Waniez e Brustlein (2004).

e insegurança à sedimentação e manutenção da UPP e seus objetivos. Maior proximidade, interlocução, diálogo e mesmo uma pitada de humildade para ouvir e acolher as sugestões e contribuições das entidades presentes nas favelas, com histórico de ações reconhecidas no contexto – como os grupos religiosos – poderiam ser elementos para consideração visando possível adensamento, legitimação e mesmo maior êxito geral dessa prática de polícia “pacificadora”.

A suposta dominação racional-legal, operada em particular nessas áreas de favela pelo braço armado do Estado, isto é, por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora, resvala, às vezes, para uma *dominação ilegal*, ao se apropriar de práticas não necessariamente institucionais e públicas, com base em direitos humanos, mas segundo critérios mais pessoais e até particulares de comandantes e policiais. Isso – para ficar no básico – por falta de sólida institucionalidade da UPP, sobretudo de um regimento legal de funcionamento, com suas atribuições e responsabilidades como já foi apontado.

UM FUTURO DE MAIS INCERTEZAS QUE ESPERANÇA

Instados a refletir sobre o que pensam acerca do futuro no tocante a presença e permanência da UPP, as considerações dos entrevistados mesclam esperança com desconfiança, às vezes mais ceticismo do que considerável certeza. Entretanto, por sua própria condição de pessoas de fé, os religiosos vislumbram boas possibilidades, mas não sem alguma desesperança.

“São boas perspectivas”, disse a pastora, que ampliou suas análises a partir do desenvolvimento de suas atividades:

“Eu vejo que esse momento só tende a facilitar o nosso trabalho, com a ausência do tráfico armado e da violência acentuada, das incursões policiais a qualquer momento e com truculência. Não tendo isso já ajuda o trabalho interno e o externo no recebimento de equipes⁵⁷. Por exemplo, a vinda de vocês hoje. Se tivéssemos um momento com o tráfico de drogas autorizando quem sai e quem entra, nós teríamos que arrumar um esquema pra alguém buscar vocês⁵⁸ lá embaixo e hoje vocês subiram sem problemas. Há três ou quatro anos atrás isso não seria tão fácil”⁵⁹.

Pastor pentecostal comentou, num misto de incerteza e esperança:

⁵⁷ Grupos de fora da favela fazem, às vezes, trabalho voluntário na ONG e outros atendem também a convites da igreja. No dia de nossa estada na favela para esta pesquisa, encontramos um grupo de jovens e adultos, de uma igreja evangélica de classe média da cidade de São Paulo, que veio à favela para realizar trabalho social e religioso. Segundo informações da Jocum, uma ONG evangélica presente há décadas em algumas favelas do Rio, grupos dessa referida igreja paulistana de quem tem apoio, vem algumas vezes a cada ano, já por algum tempo, desenvolver serviços de assistência social. Agora, com maior possibilidade de circulação pela favela.

⁵⁸ Referia-se a Raquel Fabeni e Clemir Fernandes, que fizemos a entrevista. Para chegar à igreja, utilizamos transporte de Kombi em ponto próximo a uma rua principal do bairro. Subimos com outras pessoas e descemos próximo à sede da ONG evangélica Jocum, que fica mais ou menos no meio do morro. Pedimos informação e uma pessoa, solicitamente, nos levou até a igreja, que fica numa área um pouco mais acima, num beco mais fechado. Muito boas instalações da igreja e da ONG, que funciona no mesmo prédio, nos dois andares superiores ao templo. A pastora, segundo informou, começou a atuar ali como missionária.

⁵⁹ A partir da pesquisa que coordenaram e que também resultou em artigo, Rodrigues e Siqueira (2012:18-20) abordam essa questão tratando da circulação de pessoas tanto de dentro para fora como de fora para dentro da favela, após a instalação da UPP.

“Bem, por especulação não sei se por viver tanto tempo na realidade que nós vivemos, é normal acreditar que depois de todos os eventos⁶⁰ que tivermos, eles [policiais] vão embora ou vai enfraquecer a coisa [UPP]. Mas acredito que não, por que o Brasil com essa onda de protestos⁶¹ está mostrando que não dá pra ficar mais do jeito que tava. Não dá pra ficar sendo simplesmente a testa que soa, a mão que faz e carregar nas costas um país, sem ter opinião. Então acredito que futuramente eles não vão sair daqui”.

E prolongou sua avaliação considerando mais amplamente o contexto brasileiro, destacando tópicos socialmente importantes, mas numa linguagem, às vezes, não tão clara e com um jargão que poderia se associado tradicionalmente a uma posição política de esquerda, mas que termina sua manifestação num tom mais afeito a um discurso tido como de direita:

“A realidade do nosso país é de que cada vez mais está ficando consciente, não só de dever, mas também de direito. Nesse país a educação é a moeda mais preciosa pra alguma coisa. O rico parece que quer a desgraça do pobre, parece que não, mas as cotas⁶² que temos em universidades, uma possível melhoria de uma comunidade, como um asfalto ou um saneamento básico, é fruto de muito protesto. Cada vez que o cidadão se torna paciente ele se torna útil pra si e pra sociedade”.

E concluiu numa perspectiva mais religiosa, sem abandonar a complexidade da situação: “Embora eu acredite que a solução do problema do ser humano é se voltar pra Cristo. Mas existe a questão social também”, acrescentou.

Opinião do umbandista revela uma abordagem para além de sua condição de líder religioso:

⁶⁰ Refere-se aos megaeventos que tem o Rio como sede (visita do papa, copa do mundo, olimpíadas), cuja percepção de diferentes atores é que a UPP tem o tempo de validade de tais acontecimentos na cidade.

⁶¹ Importante considerar o ambiente da coleta de dados, marcado pelos protestos populares com milhares de participantes ocorridos no Rio e mais centenas de cidades brasileiras, de caráter difuso, mas, em geral, reclamando por uma sociedade, a partir de seus governantes e instituições públicas, com mais ética pública, liberdade e defesa de direitos, além de busca por melhores resultados nos diversos serviços públicos para a população.

⁶² O pastor revelou ter pouca escolaridade, mas razoável conhecimento de debates públicos, como o sistema de cotas para negros, e mesmo capacidade analítica da realidade.

“Olha, eu não acho que seja como religioso, mas como ser humano. Acho que estamos num momento político muito conturbado. No dia em que fui ao ISER,⁶³ o momento era um e hoje é outro⁶⁴. Fazer essa previsão é muito arriscado. Acho que as coisas estão mudando, essa questão das manifestações acho muito válida, mas logo começam a colocar vândalos, tudo pra esvaziar o momento. Eu acompanho muito as redes sociais e acho que o povo tá acordando. As coisas estão aos poucos mudando”.

Mesmo sem oferecer explicações nem razões mais abalizadas para suas considerações, ele manifestou sua posição diante dos desafios do contexto vivido, embora tendo fugido do cerne da questão que era uma avaliação atual sobre o futuro da UPP, sua fala pode ser enquadrada numa dimensão que considera importante a manutenção e desenvolvimento da polícia “pacificadora”. Como se pode depreender também do conjunto de sua entrevista.

Líder evangélica detalhou sua visão numa perspectiva mais crítica e mesmo com certa desconfiança, em função do que vem percebendo de alterações em seu ambiente:

“Hoje eu faço uma crítica: Acho que eles [policiais] fingem que não estão vendo certas coisas. Quando outro comandante estava aqui era mais firme. Mas com esses que estão aí, a boca⁶⁵ já tá andando. Não tem arma, mas o crack tá funcionando e antes, com outro comandante, não funcionava”.

Depois de ter feito explícitos elogios à UPP, essa senhora de mais de 60 anos cuja maior parte da vida foi vivida nessa favela – tendo sido líder comunitária e presidente da associação de moradores conforme já informado –, manifesta uma das mais duras avaliações sobre o futuro da UPP. E contrasta a liderança e equipe da antiga comandante com o grupo atual da UPP. Ela acusa os policiais de fingimento ou “vista grossa” quanto às novas modalidades de ação do tráfico de drogas, adaptadas e

⁶³ Referência ao encontro de religiosos, preliminar a esta pesquisa, em maio de 2013.

⁶⁴ Pouco depois de um mês do encontro no ISER, sem que ninguém previsse, o país foi tomado por ondas de manifestações nas ruas de capitais, como o Rio, São Paulo e muitas outras cidades brasileiras, com ampla cobertura dos meios de comunicação, redes sociais e análises de especialistas.

⁶⁵ “Certas coisas”, refere-se ela ao tráfico de drogas, cuja “boca”, isto é, o ponto de vendas de drogas, tornou-se ambulante e com discrição. Sua crítica volta-se para policiais e comando da UPP, que estariam fazendo “vista grossa” a essa suposta prática ilícita.

acomodadas ao novo modelo da UPP. Que é coerente com a afirmação do secretário de segurança de que não é objetivo dessa prática de policiamento acabar com a atividade ilícita predominante nas favelas sob controle de traficantes, mas combater suas armas. Entretanto, segundo depoimento da líder evangélica, o antigo comandante não tolerava tais delitos, o que reitera a falta de institucionalidade e previsibilidade no trabalho policial em áreas com UPP, como já mostrado por Rodrigues e Siqueira (2012). E ao revelar essa percepção, a líder evangélica revela sua posição e certa decepção com o novo comando policial. Numa curiosa linguagem metonímica ela diz que “a boca já tá andando” e que “o crack tá funcionando”. Serviço sem armas e dinamicamente ambulante!

Entretanto, ela insiste em crer no futuro da UPP, com base na suposta eficácia dessa prática, bem como na confiança dos governantes e seus auxiliares.

“Eu acho que nenhum governador tira mais isso. Sérgio Cabral pode ter todos os defeitos, mas teve coragem, força e vontade política de meter o dedo na ferida da segurança pública. E ele arranjou um secretário de segurança na altura, que é o nosso secretário Beltrame⁶⁶. Beltrame já veio aqui, roda no morro, já veio até aqui na igreja”.

O tom ligeiramente envaidecido dessa última informação – o secretário é próximo e já esteve até na igreja – revela também a busca de aproximação e legitimidade por parte dos dirigentes da UPP com grupos locais reconhecidamente respeitados, como é o caso dessa entidade religiosa, a mais antiga igreja evangélica na área. Com muitos serviços prestados aos moradores da favela, tanto em parceria com órgãos privados e públicos, quanto por iniciativa própria, segundo detalhou a entrevistada⁶⁷.

Pastor assembleiano, antes de considerar essa questão acerca do futuro da UPP, perguntou se deveria responder à pergunta com o gravador ligado ou desligado.⁶⁸ Desliguei e ele falou com ênfase e francamente⁶⁹: “Depois de 2016⁷⁰ a

⁶⁶ José Mariano Beltrame, secretário de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro (e entusiasmado defensor das Unidades de Polícia Pacificadora).

⁶⁷ O próprio ISER tem interlocução com essa igreja, onde já desenvolveu projetos em parceria com outras organizações externas à favela.

⁶⁸ No começo da entrevista, como sempre fazia, perguntava se poderia gravar. E deixava a opção de desligar o gravador em algum assunto que, porventura, o entrevistado não se sentisse bem em gravar. Aqui o pastor fez a pergunta sugerindo desligar a fim de ficar mais à vontade para se expressar. E foi o que ele fez.

bandeira do estado do Rio não será mais azul e branca, mas vermelha”. Então perguntei por quê? Ele começou a contar sobre o que aconteceu há um mês, quando saía de carro da favela e foi abordado por policiais: “Eles sempre fazem três perguntas: Quem é você? O que estava fazendo aqui? e, para onde você vai?”. Segundo seu relato, ele respondeu que é pastor, que estava saindo do culto da igreja e voltando para casa. Ao que o policial disse: “Você é pastor, então encosta essa merda ali que agora eu quero te revistar”. Ele disse que “encostou o carro e o policial nem revistou direito”, liberando em seguida. “Ele só queria ser truculento e disse tudo isso apontando a arma assim para minha cara.”, disse o pastor encenando com o dedo como se fosse a arma virada para seu rosto.

Continuando, o pastor indaga: “Como é que vocês acham que a comunidade vê uma polícia assim? Eles representam o Estado?” E esclareceu: “A cor da bandeira do nosso Estado será vermelha porque estará suja de sangue”. Assim, encerrou reafirmando que não acredita na UPP, narrando um fato e fazendo uma avaliação. Disse ele que o comandante da UPP se reuniu com pastores da comunidade e solicitou que preenchessem uma ficha com nome e endereço dos membros de suas igrejas. Nessa hora ele torceu o rosto e disse:

“A gente tem que ser prudente como a serpente⁷¹. Para quê eles querem esses endereços?! Eu disse que não faria isso e eles disseram que nós não queríamos colaborar. Qual o interesse deles? Ir à casa das pessoas e começar a fazer perguntas e ameaças? E depois que eles [a UPP] saírem, como é que eu volto aqui? Eu não tenho expectativa de alteração nenhuma. Pois a função deles é outra. A igreja continua aqui, independente da presença deles ou não”.

Essa manifestação do pastor revela muitas nuances, sobretudo da perspectiva de moradores de favela em relação à polícia, como já visto antes, inclusive em outra pesquisa feita pelo ISER e aqui já mencionada acerca desse tema. Bem como da

⁶⁹ As informações do pastor neste item não foram gravadas, mas registradas por um amigo que me acompanhou na entrevista, Rodrigo Pinheiro, a quem agradeço por essa ajuda fundamental.

⁷⁰ Último grande evento agendado para o Rio nos próximos anos. O primeiro a visita do papa em 2013, segundo, a copa do mundo em 2014 e, terceiro, as Olimpíadas, em 2016.

⁷¹ Provérbio bíblico, citado metaforicamente por Jesus no Evangelho de Mateus 10.16, cujo contexto evoca a necessidade de cuidado e perspicácia dos discípulos no cumprimento de sua missão em meio à perseguição de governantes e outros opositores.

desconfiança da lisura e verdadeiro objetivo com essa tentativa de busca de dados pessoais dos moradores por parte do comando da UPP. Assim como revelou a pastora da Zona Norte, o pastor da Zona Sul também se eximiu de colaborar com tal atividade policial, devido a não confiabilidade dessa interlocução. Em suas palavras ele descrê de mudança efetiva e continuada por parte da prática da polícia, mesmo da polícia da UPP, “porque a função deles é outra”. Queria ele afirmar, confronto militar e não pacificação?! E termina falando da presença histórica e previsível da igreja na favela, em contraste à estada circunstancial e imprevisível da polícia⁷² na área.

Ao final, revelou sua percepção quanto à relação entre UPP e tráfico de drogas, como uma espécie de suposto acordo tácito:

“Hoje o tráfico ainda existe e é protegido por eles [polícia]. Não estou dizendo que nada melhorou; agora a comunidade não vê as armas dos traficantes, não está exposta a isso [realidade da UPP]. Até quando? O que vocês acham que acontecerá depois de 2016?”,

Assim ele questionou desconfiado e mesmo desesperançado em relação ao que está por vir, revelando que as armas continuam lá – como os tiros frequentes informados pelo padre – mesmo sem serem ostensivamente expostas.

Quanto ao futuro ou continuidade da UPP, sacerdote católico, assim considerou: “Eu acho que não vai. No início eu até imaginava que pudesse continuar. Hoje eu percebo que não vai tão longe não. Depende um pouco do governo. O governo está desgastado”. Depois, mais condicionalmente, ele ponderou:

“Ela tem futuro se avançar naquilo que ela se propõe. Não só segurança armada. Ela tem futuro, se junto dela chegar essa maior presença do Estado aqui dentro, de uma forma eficaz, de dignidade, de aberturas, de respeito, porque quem mora aqui é um resistente”.

E explicou com clareza de quem conhece a realidade local, sobretudo essa questão da resistência dos moradores:

“Imagina: a pessoa sai do Nordeste, em determinada situação, chega aqui, quase que jogado aqui, ele é um resistente. Então o futuro da UPP

⁷² Que permite uma leitura análoga à teoria de Hannah Arendt, como já mencionada antes aqui, mostrada por Rodrigues e Siqueira (2012).

vai ter se ela não ficar parada só na questão da arma, da policialesca, mas ela terá futuro se junto dela vier melhoria do saneamento, da questão do lixo, do urbanismo da própria comunidade, a questão da saúde, da educação, da cultura. Aí ela tem futuro”.

E completou com uma adversativa: “mas se ela ficar só nessa questão policial vai se criando uma resistência, o fechamento do próprio povo que vai se sentir de novo quase que enganado”.

Para o padre, reduzir ou excluir a presença das armas dos traficantes – que efetiva e amplamente não ocorreu em sua favela, conforme relatos acima – trocando pelo poder armado da polícia somente, sem outros equipamentos de serviços públicos, sobretudo a existência de um poder não mantido pelo controle policialesco, a UPP não tem futuro, pois enfrentará descrédito e resistência dos próprios moradores⁷³. Mais que uma [indesejada] previsão de um líder religioso uma [triste] profecia de uma autoridade carismática?!

Considerações finais (deste texto, não de seu assunto).

Além de algumas reflexões parciais já ensaiadas no decorrer do texto, apresentamos e/ou reiteramos aqui outras possíveis conclusões nesta parte final.

Conforme verificados nos depoimentos, os religiosos salientam relativos ganhos ou alterações positivas com a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora em suas áreas. Também apontam algumas mudanças plausíveis na realidade geral da favela, mas destacam pouca influência no trabalho específico que desenvolvem com a presença da UPP. Parecem sugerir que estariam, de certa forma, acostumados a essas “ondas de controle” tipificadas num “dono do morro”, seja traficantes, seja polícia ou outros grupos⁷⁴. E mais, que sua presença há muito tempo nesses contextos lhes

⁷³ De maneira aproximada a essa, disse outro entrevistado na UPP da Providência, conforme artigo de Rodrigues e Siqueira (2012:28), a partir de pesquisa anterior do ISER sobre UPP, já mencionada reiteradas vezes neste trabalho.

⁷⁴ Sobre “donos do morro” e suas alterações de pertencimento, existem algumas referências a essa consagrada percepção de moradores (Cano, 2012; Rodrigues e Siqueira, 2012: 45). Que seria uma possível disputa por dominação, legal e ilegal, segundo teoria da autoridade de Weber, conforme abordada neste trabalho.

orienta para a previdência de falar de um “antes” e um “depois” como algo substantivamente diferente. Por tal perspectiva este trabalho sugere que há mais continuidade do que efetivas ou profundas mudanças na realidade da favela com a presença e ação das UPPs.

A narrativa sobre o passado recente dessas favelas hoje com UPP feita pelos entrevistados aponta para um ambiente em parte assemelhado a certas descrições veiculadas por meios de comunicação e reproduzidas pelo senso comum como de um contexto singularizado por intensa e ostensiva presença do tráfico de drogas, com excessiva exibição de armamentos. O que contribuía para tornar o cotidiano dos moradores marcado, às vezes, por impedimento à plena liberdade de ir e vir, isto é, de circulação no interior e na relação dentro-fora-dentro da favela, principalmente em função de frequentes tiroteios pelo risco posto às vidas humanas, conforme relataram. Afora isso, a própria exposição e até exibição de armas, mesmo que nem sempre utilizadas para dar tiros, causava mal estar e constrangimento aos moradores, pois como dizem, era uma situação imposta, obrigando-lhes à convivência com tal realidade.

Sobre a percepção dos religiosos que buscamos aferir, também identificamos que esta não difere substancialmente da média dos demais habitantes da favela. Ou seja, eles sentem o impacto da UPP bem próximo do nível e conteúdo dos moradores em geral. Também se salienta que embora as nomenclaturas diferentes (fações diversas de traficantes, UPP), cores diferentes (vermelho, azul, branco), caráter da autoridade diferente (legal: Estado/polícia; e, ilegal: traficantes/criminosos), entre as práticas da UPP e as ações do tráfico de drogas – embora se verifique certa alteração – não existiria diferença substantivamente radical para o cotidiano do cidadão na favela. Sobretudo um ambiente “pacificado”, como querem mostrar e demonstrar os poderes governamentais e mesmo alguns grupos de mídia. A realidade da “pacificação” parece estar numa dimensão ainda bem distanciada.

Assim como lidavam com o tráfico de drogas, ficando cada um na sua área de interesse e competência sem interferir diretamente um na esfera do outro, também os religiosos e suas entidades lidam com a presença da UPP. Mesmo que algumas entrevistas mostrem percepção e compreensões que produzem alguma dissonância,

isso pode ser compreendido como revelador de conflito, possivelmente de autoridade, no ambiente “pacificado”. Pois as falas dos religiosos alternam convergências, polifonias e mesmo natureza antagônica quanto à realidade de seus contextos.

De maneira bastante semelhante ao tráfico de drogas que procurava ser onipresente e onipotente no controle espacial e social da favela, impondo seu domínio pelo poder das armas, também a UPP trilha caminho aproximado. Buscando, inclusive, apoio e legitimação entre a população e as entidades reconhecidas como grupos religiosos e associações de moradores. Conforme também fazia o tráfico de drogas, que praticava assistência dando ajuda material, cooptando assim pessoas e organizações que, se não manifestavam apoio transparente, implicitamente evocavam conivência, especialmente por meio de seu silêncio. Já a UPP promove e viabiliza atividades esportivas, recreativas e mesmo assistenciais na tentativa também de auferir apoio e legitimação ou pelo menos mitigar a indisposição dos moradores. Dessa forma, tanto o tráfico de drogas quanto a UPP tentam conseguir obediência a seu poder de mando, que, em ocorrendo, denotaria terem alcançado a autoridade perante o grupo, segundo concepção de Weber. Que para mantê-la, necessita de permanente renovação ou reconfiguração de sua legitimidade. Em suma, mesmo tendo amparo legal por ser uma força estatuída pelo Estado democrático, a UPP carece de sustentação, reconhecimento e legitimação social para estar e continuar. Não basta ter o poder das armas para conseguir a autoridade entre a população. Os traficantes, com todos os seus armamentos e conseqüente imposição de medo, não possuíam autoridade como supunham ou tentavam fazer acreditar. Assim como também não tinham legitimação. Porque sua dominação, mais que ilegal, era irracional.

A eficácia do trabalho da UPP – conforme a teoria weberiana – depende de que seu poder seja aceito e reconhecido, isto é, que haja correspondência na obediência da população, quando então se terá alcançado a tão desejada autoridade. Enquanto isso, líderes religiosos seguem seu caminho análogo ao da autoridade carismática, evocando disputas explícitas ou veladas, conscientes ou involuntárias, com o poder armado de plantão. Seja o tráfico, no passado que parece não ser tão passado ainda, seja a UPP num presente que não se sabe até quando ou mesmo se terá futuro. E nesse conflito, embora desarmados de qualquer instrumento bélico, eles

renovam/ampliam conquistas e legitimidade de sua autoridade. Do contrário não seriam alvos de interlocução e mesmo sedução dos poderes armados. Quaisquer que sejam eles.

Nossa tentativa nesse trabalho foi apresentar as percepções dos religiosos sobre seu contexto marcado pela presença de UPPs, fazendo uma ligeira comparação com outro tipo de dominação, o do tráfico armado, pelo viés não da explicação, mas da compreensão e interpretação. Num aproximado quadro de referência da perspectiva teórica de análise compreensiva de Max Weber, que é aqui utilizado, em diálogo com outros autores, como fonte de reflexão e apontamento de luzes, não como teorias simétricas ou justapostas aos dados empíricos da pesquisa.

Certamente são possíveis muitas outras possibilidades de investigação no contexto desse assunto, como a visão dos policiais da UPP acerca dos religiosos e suas entidades, pelo trabalho e presença histórica nas favelas, bem como sua autoridade; também identificar a percepção dos traficantes tanto em relação aos religiosos e suas organizações quanto à presença, atuação e futuro da UPP. Dentre muitos outros, como é sabido, afinal, são vários os possíveis recortes de pesquisa num determinado ambiente social. Pois mudam as esfinges e transmutam os oráculos que estão em permanente circularidade e disputa. Enfim, o título desse artigo é tomado, obviamente, como metáfora, isto é, como fator de reflexão, não arrogando uma pretensa arrogância de explicação teórico-metodológica, supostamente elucidativa do mundo real.

Necessário esclarecer ainda que esta é uma percepção recortada pelos vieses desse trabalho, mas, obviamente, reconhecemos haver outras possibilidades de leitura e visão desse cenário sobre qual nos detivemos no recorte limitado dessa pesquisa e, sobretudo, deste texto. Reiteramos a premissa de que buscamos produzir conhecimento visando sempre contribuir com esclarecimentos da realidade bem como corroborar possíveis transformações sociais no diapasão da justiça e dos direitos humanos.

Referências

BERGER, Peter. **O dossel sagrado. Elementos para uma teoria sociologia da religião.** São Paulo, Paulus, 1985.

BIRMAN, Patrícia. **Cruzadas pela paz: Práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro.** Revista Religião e Sociedade, nº 32 (1), Rio de Janeiro, ISER, 2012.

BLANCO, Antonio Carlos Carballo. *Sobre a experiência na prática.* In: NOVAES, Regina e CUNHA, Marilena. **O galo e o pavão.** *Comunicações do ISER.* Rio de Janeiro: Iser, nº 58, ano 22, 2003.

CANO, Ignacio (coord.). **‘Os donos do morro’: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (Upps) no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, LAV/Uerj, 2012. <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico. Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ESPERANÇA, Vinícius. *“Não dê dinheiro ao falso profeta: Procure a UPP”.* In: RODRIGUES, A., SIQUEIRA, R., LISSOVSKI, Maurício. (orgs.). **Unidades de polícia pacificadora – Debates e reflexões.** *Comunicações do ISER,* nº 67, ano 31, Rio de Janeiro, 2012.

FERNANDES, Rubem César. *Uma experiência de polícia comunitária.* In: NOVAES, Regina e CUNHA, Marilena. **O galo e o pavão.** *Comunicações do ISER.* Rio de Janeiro: Iser, nº 58, ano 22, 2003.

FLEURY, S. **“Militarização do social como estratégia de integração – O caso da UPP do Santa Marta”.** In: Sociologias. Porto Alegre, ano 14, nº 30, maio-agosto, 2012.

JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora R.; Philippe, WANIEZ; e, Violette, BRUSTLEIN. *Território, cidade e religião no Brasil*. In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, Iser, vol. 24, nº 2, ano 2004.

LEITE, Márcia Pereira. **“Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”**. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. Nº 11, V. 2, 2012.

<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/126>

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Afinal, qual é a das Upps?** In: Observatório de metrópoles, Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf

MARIZ, Cecília L. **Alcoolismo, gênero e pentecostalismo**. Rio de Janeiro, *Religião e Sociedade*, Iser, 16/3, 1994.

NOVAES, Regina R. e CUNHA, Marilena. **O galo e o pavão**. *Comunicações do Iser*. Ano 22, nº 58. Rio de Janeiro: Iser, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e voz, 2010.

RAMOS, Silvia. *Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas*. In: **Trivium – Estudos interdisciplinares**. Vol. 3, nº 2. Rio de Janeiro, dez. 2011.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2176-48912011000200006&script=sci_arttext (acesso em 10/03/2014).

RODRIGUES, André e SIQUEIRA, Raíza. “As Unidades de Polícia Pacificadora e a Segurança Pública no Rio de Janeiro”. In: RODRIGUES, A., SIQUEIRA, R., LISSOVSKI, Maurício. (orgs.). **Unidades de polícia pacificadora – Debates e reflexões**. *Comunicações do ISER*, nº 67, ano 31, Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, A., SIQUEIRA, R., LISSOVSKI, Maurício. (orgs.). **Unidades de polícia pacificadora – Debates e reflexões**. *Comunicações do ISER*, nº 67, ano 31, Rio de Janeiro, 2012.

SOARES, Luiz E., BILL, Mv., ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUSA SILVA, Eliana. **Testemunhos da Maré**. Rio de Janeiro: Aeroplano/Faperj, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo sócio-antropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no Complexo de Acari**. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro, PPCIS/UERJ, 2009.

VITAL DA CUNHA, Christina. **“Traficantes evangélicos”**: **Novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas**. In: Plural – Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, vol. 15, 2008.

http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/15/artigo_2_Plural_15.pdf

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª Ed. Rio de Janeiro, LTC, 2010.

WEBER, Max. **Ciência e política: Duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1993.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1989.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Vol. 1**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

Banco Mundial. **O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: Uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs**. Rio de Janeiro, Banco Mundial, 2012.

http://solateli.com/cfap/html6/decreto41650_21-01-2009.html

http://solateli.com/cfap/html32/decreto_42787_06-01-2011.html

